



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13285653>

e-ISSN: 2177-8183

**AVALIAR, CONHECER E INTERVIR: UMA EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA NA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PETROLINA - PE**

**EVALUATING, KNOWING AND INTERVENING: A DEVELOPED EXPERIENCE IN
THE PETROLINA - PE**

**EVALUAR, CONOCER E INTERVENIR: UNA EXPERIENCIA DESARROLLADA
EN EL SISTEMA ESCOLAR DEL MUNICIPIO DE PETROLINA – PE**

Lucineide de Souza

lucineideolimpio@outlook.com

Mestranda em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (UPE)

Iracema Campos Cusati

iracema.cusati@upe.br

Doutora em Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares (USP).

Professora da UPE

RESUMO

A partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) cada escola busca formas de monitorar seus resultados com foco na qualidade da educação, nesse sentido, este artigo tem por objetivo analisar fatores da Política de Avaliação da Rede Municipal de Petrolina – PARMEP – que contribuíram para elevar os índices educacionais do município de Petrolina – PE. A revisão da literatura está baseada nos estudos de: Gonçalves (2005), Bonamino (2002); Luckesi (2018); Siqueira (2017); Pestana (1998; 2016) e outros. A metodologia adotada para o desenvolvimento da investigação foi de cunho qualitativo com base na análise documental. A análise da experiência de avaliação apresentada neste texto conduz à reflexão sobre a urgência da produção de conhecimentos que possam orientar as práticas dirigidas à Avaliação Educacional em larga escala além de favorecer o diagnóstico e a intervenção efetiva na realidade. A pesquisa pretende contribuir com a formulação de políticas educacionais da rede municipal em estudo, por meio da identificação de ações desenvolvidas nas escolas.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. PARMEP. Avaliação sistêmica.

ABSTRACT

From the Index of Development of Basic Education (IDEB) each school seeks ways to monitor its results focusing on the quality of education, in this sense, this article aims to analyze factors of the Evaluation Policy of the Petrolina Municipal Network - PARMEP - which contributed to raise the educational rates of the city of Petrolina - PE. The literature review is based on studies by: Gonçalves (2005), Bonamino (2002); Luckesi (2018); Siqueira (2017); Pestana (1998; 2016) and others. The methodology adopted for the development of the research was of a qualitative nature based on the documental analysis. The analysis of the evaluation experience presented in this text leads to a reflection on the urgency of the production of knowledge that can guide the practices directed to the large-scale Educational Evaluation, besides favoring the diagnosis and the effective intervention in reality. The research aims to contribute to the formulation of educational policies of the municipal network under study, by identifying actions developed in schools.

Keywords: Educational assessment. PARMEP. Systemic evaluation.

RESUMEN

Desde el Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB) cada escuela busca formas de monitorear sus resultados enfocándose en la calidad de la educación, en este sentido, este artículo tiene como objetivo analizar los factores de la Política de Evaluación de la Red Municipal de Petrolina - PARMEP - que contribuyó a elevar las tasas educativas de la ciudad de Petrolina - PE. La revisión de la literatura se basa en estudios de: Gonçalves (2005), Bonamino (2002); Luckesi (2018); Siqueira (2017); Pestana (1998; 2016) y otros. La metodología adoptada para el desarrollo de la investigación fue de naturaleza cualitativa basada en el análisis. El análisis de la experiencia de evaluación presentada en este texto conduce a una reflexión sobre la urgencia de la producción de conocimiento que pueda guiar las prácticas dirigidas a la Evaluación Educativa a gran escala, además de favorecer el diagnóstico y la intervención efectiva en la realidad. La investigación tiene como objetivo contribuir a la formulación de políticas educativas de la red municipal en estudio, mediante la identificación de acciones desarrolladas en las escuelas.

Palabras clave: Evaluación educativa. PARMEP. Evaluación sistémica.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a qualidade e a equidade têm assumido lugar de destaque nas discussões nacionais sobre políticas públicas na educação, com o intuito de obter informações sobre a realidade educacional, em que se ganha cada vez mais destaque a avaliação de sistema, aparecendo como alternativa mais geral sobre a educação no país. Esse tipo de avaliação de sistema utiliza procedimentos metodológicos de pesquisas formais e científicas que garantem sua confiabilidade, para a coleta de dados sobre o desempenho dos alunos, apresentando métodos e técnicas quantitativos de investigação.

A proposta de distribuição de um sistema de avaliação surgiu no MEC durante o período da redemocratização do país, logo no início da Nova República, em 1985/1986, (PESTANA, 1998). Discutia-se, naquele momento, a questão federativa, a redefinição dos papéis e as atribuições dos diversos níveis de governo existente no Brasil (BONAMINO, 2002). A partir da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB), de número 9.394/1996, que fixa a obrigatoriedade da avaliação dos diferentes níveis de ensino, os setores educacionais do Brasil percebem a necessidade de melhorar a qualidade da educação do país e de implantar sistemas de avaliação do desempenho dos alunos.

Conforme Siqueira (2017), a avaliação educacional pode ser classificada de duas maneiras: avaliação interna e avaliação externa. A primeira é a avaliação realizada por pessoas de dentro da escola, mais especificamente os professores, com o propósito de verificar o andamento da aprendizagem de seus alunos. Ela está centrada em situação de aprendizagem, quando o aluno é submetido a testes para verificação da mesma.

Dentro da escola, a avaliação utilizada pelo professor é uma das etapas do processo ensino-aprendizagem. É ela que possibilita ao educador diagnosticar as necessidades, os interesses e os problemas do estudante, permitindo ao professor e a escola, acompanhar a construção do conhecimento do aluno durante todo o processo educacional e através dessa avaliação adquirir subsídios para planejar atividades mais adequadas ao nível dos mesmos, bem como, definir novas estratégias para alunos que não tenham atingido o resultado esperado. Luckesi (2018, p. 46) afirma que:

Na investigação avaliativa da aprendizagem do estudante, caso sua qualidade se manifeste *insatisfatória*, caberá ao educador, como gestor da sala de aula, tomar as decisões necessárias, tendo em vista a conquista da satisfatoriedade, sendo esse o seu desejo, porém, à medida que a aprendizagem se manifeste *satisfatória*, tomará consciência de que sua ação pedagógica já produziu o padrão de qualidade previamente estabelecido e, então, poderá seguir para o conteúdo do seu plano de ensino ou poderá decidir refinar mais os conhecimentos e habilidades já adquiridos (LUCKESI, 2018, P. 46).

Avaliação deve ser um instrumento de diagnose que possibilita validar ou rever o trabalho pedagógico a cada momento que se fizer necessário (RABELO, 1998). Nesse sentido, não deve ser vista como um ato vindo de um único lado para promoção, e sim, como parte constituinte do processo de ensino-aprendizagem. Também é vista por muitos professores como um ritual exigido pela escola, tendo em vista a premiação dos melhores. A prática avaliativa que ocorre na maioria das instituições dá maior ênfase aos aspectos quantitativos, no entanto, não podemos esquecer que:

[...] a competição e a comparação se tornam valores fundamentais. Nesta modalidade de avaliação, os resultados quantificáveis (por exemplo, os que se referem ao domínio cognitivo e instrucional) tornam-se mais importantes do que os que se referem a outros domínios ou outras aprendizagens (AFONSO, 2009, p. 34).

Já a avaliação externa é aplicada dentro de uma rede ou sistema de ensino com o objetivo de subsidiar as políticas educacionais, fornecendo informações para a realização de ações que promovam a melhoria da qualidade na educação. As informações geradas por um sistema nacional de avaliação possibilitam ao sistema de ensino verificar a eficiência deste, bem como buscar explicações sobre o que possa ter influenciado o resultado.

Partindo dessa premissa, o MEC cria, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que é um dos principais indicadores de qualidade da educação no país, sendo utilizado para estabelecer metas que possam melhorar o ensino. Foi Criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Este órgão é uma autarquia do Ministério da Educação (INEP, 2019).

O IDEB das escolas e da rede de ensino varia em uma escala de zero a dez. É um indicador nacional que possibilita a todos um monitoramento da qualidade da educação. Ele é calculado a partir de dois componentes: taxa de aprovação, obtida através do Censo Escolar e média de desempenho da Prova Brasil para municípios e do SAEB para estados e federação (INEP, 2019). Todo esse processo o MEC disponibiliza para toda população um sítio onde é possível realizar consulta e acesso a notas por escolas, município, estados e federação desde a criação do índice até os dados mais recentes.

A avaliação inicialmente era vista única e exclusivamente como método quantitativo, limitando-se a indicadores incapazes de demonstrar a realidade. A partir da década de 1970, a avaliação assume também um caráter qualitativo, com procedimentos que vão além de indicadores, considerando o contexto, os processos, as condições de produção e os elementos finais, visando não apenas o resultado, mas como esse resultado se formou dentro do contexto maior (GONÇALVES, 2005).

Na segunda metade da década de 1990, a avaliação dos sistemas educacionais do ensino fundamental e médio se tornou um dos eixos centrais da

política educacional do Brasil. No início do século XX, a avaliação passa a se concentrar mais no campo da investigação pedagógica, por meio de testes, escalas de verificação de conhecimentos e de testes psicológicos, visto que se acreditava que a criação de instrumentos psicométrico garantia a objetividade, confiabilidade e normatização até perceber que isso por si só não dava conta de resolver os problemas escolares (GONÇALVES, 2005).

Autores como Bonamino (2002), Pestana (2016) e Schwartzman (2005), que fazem uma abordagem histórica do Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil (SAEB) a partir da década de 1970, trazem uma grandiosa contribuição com o processo de municipalização das responsabilidades educacionais, antes concentradas nas esferas federais e estaduais. Essa municipalização aconteceu a partir da promulgação da Lei 5.692/71 até o ano de 2005, quando o SAEB é instituído pela Portaria de nº 931, de 21 de março de 2005, falando da sua importância para a promoção da aprendizagem, mostrando não apenas como ela se dá no contexto escolar, mas, principalmente, tratando da sua importância como uma política educacional.

Assim, a presença dos rankings advindos das avaliações em larga escala trouxe, para o contexto da política educacional dos municípios, novas formas de organização curricular, movidas pelo desejo de galgar metas cada vez mais alinhadas à política das avaliações externas. Nesse sentido, os municípios se engajaram na elaboração de Propostas Pedagógicas à luz dos dados gerados pelos resultados de uma avaliação de sistema, proporcionando aos municípios verem os seus índices e redirecionar o fazer pedagógico como foi o caso da Política de Avaliação da Rede Municipal de Petrolina (PARMEP) motivo desse estudo.

No ano de 2003, a Secretaria Municipal de Educação de Petrolina implantou e implementou a Política de Avaliação da Rede Municipal de Petrolina (PARMEP), visando diagnosticar o nível de desempenho dos alunos e propor alternativas de intervenção pedagógica mediante os resultados obtidos. Nesse ano, a PARMEP foi

aplicada pela primeira vez em todas as turmas do então I Ciclo e das 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental, hoje 1º ao 5º ano, abrangendo um total de 12.474 alunos que foram avaliados nas habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático.

Toda a sistemática de avaliação foi elaborada pelo Setor de Avaliação e Controle de Qualidade, Divisão de Ensino, CAP – Centro de Apoio ao professor e Divisão de Dados e Estatística. A aplicação das provas contou com a colaboração dos professores, especialistas e funcionários da Secretaria.

Cada escola avaliada recebeu o relatório síntese, contendo a média de cada ano avaliado da escola, obtida em cada descritor que compõe as matrizes de Língua Portuguesa e de Matemática da rede. O objetivo era que esse relatório servisse como instrumento de avaliação e de planejamento das ações da escola para 2004, a partir da análise dos dados realizados pelos diretores, especialistas e professores.

A partir do resultado do diagnóstico, a secretaria de educação percebeu que a educação municipal estava aquém do desejado e que não adiantava diagnosticar e perceber que o resultado não era o ideal e não intervir. Diante desta constatação, a equipe técnica criou, no início de 2004, um projeto de intervenção pedagógica com foco principal na formação do professor, de forma que esses, pudessem aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos, e assim assegurar a aprendizagem dos alunos. Ainda, nesse ano, além da formação iniciada via PARMEP, também foram avaliados, nas mesmas habilidades, os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A pesquisa em destaque tem como objetivo geral analisar fatores da Política de Avaliação da Rede Municipal de Petrolina – PARMEP – que contribuíram para elevar os índices educacionais do município de Petrolina – PE. Além do objetivo geral desta investigação, os objetivos específicos delimitados englobam: levantar dados sobre os fundamentos pedagógicos da avaliação em larga escala, análise dos resultados da PARMEP e possíveis interferências na Política de Formação

Continuada no município; identificar a incidência das avaliações em larga escala na política educacional do município de Petrolina-PE, bem como a descrever ações e projetos desenvolvidos pela Rede de Ensino a partir dos resultados da PARMEP.

Para tanto, foi adotado como parâmetro para análise, as matrizes curriculares das avaliações externas, os dados educacionais da Rede, as provas da PARMEP e os documentos do arquivo pessoal da Professora Maéve Melo¹ Esses documentos contam a história inicial da relação do município com tal política, tais como ata de criação da Política de avaliação do município, material utilizado nas primeiras avaliações externas municipais, relatos da experiência enviada para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Dessa forma, essa análise possibilita identificar incidência dessa avaliação nas Propostas Pedagógicas das Unidades de Ensino de Petrolina - PE.

A avaliação em larga escala não tem recebido um tratamento diferente dos que são destinados à avaliação escolar por parte de professores, alunos e gestores escolares. Essa avaliação tem sido tratada como estratégia imediatista para alcance de ranking pelas redes de ensino, confundindo-se assim a prática de aferir a qualidade do ensino e da aprendizagem com o medir desempenho em larga escala e atestar qual das escolas pode ser considerada de "qualidade".

Essa prática é evidenciada quando se aproxima o período da realização dos testes, em que os professores se concentram em realizar simulados para treinar as habilidades da referida avaliação.

Ao discutir a avaliação em larga escala, percebe-se o estreitamento do currículo, visto que essa prática de “recompensas”, ou financeira ou de status- na forma dos rankings, traz relevantes mudanças para o currículo. A proposta de uma análise mais detalhada dos currículos escolares revela que as Matrizes de

¹ Maéve Melo dos Santos é Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi Secretária de Administração da Prefeitura de Juazeiro - BA no período de 2013 a 2016 e Secretária Municipal de Educação de Petrolina no período de 2017 a junho 2018.

Referência das Avaliações externas têm servido para direcionar as propostas curriculares das nossas escolas, pois há uma relação entre essas matrizes e o currículo escolar.

Os delineamentos adotados pelas iniciativas de avaliação tendem a provocar impactos nos currículos escolares, no sentido de sua uniformização e enrijecimento. Uma vez que, é possível observar, no caso dos exames, seu potencial de condicionar os currículos e, desse modo, intensificar desigualdades escolares e sociais (SOUZA, 2007, p.43).

Corroborando com o autor, a tendência a uniformizar o que será ensinado e aprendido conseqüentemente empobrece a função da escola, tendo em vista que, o currículo é a forma de ter acesso ao conhecimento. Porém, não podemos esgotar seu significado em algo estático, mas por meio das condições em que se realiza e se converte numa forma particular de entrar em contato com a cultura (GIMENO SACRISTAN, 2000, p.15).

Portanto, ao relatar estratégias e ações que possam ter influenciado nos resultados positivos em algumas escolas do município de Petrolina, espera-se que essas experiências sirvam não como receitas, mas como instrumentos de análise de gestão, contribuindo com a efetiva aprendizagem dos alunos. Desta forma, essa pesquisa visa contribuir com formulação de políticas públicas, estratégias e ações indicadoras, que possam ser inclusas no Projeto Político Pedagógico das escolas com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino da Rede Municipal de Ensino de Petrolina.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa apoiada na análise documental fundamentada em Leite (2008), Cellard (2014), Boni e Quaresma (2005) e Triviños (1987). Os instrumentos de coleta de dados adotados para a realização da pesquisa foram: entrevista semiestruturada e análise documental. A pesquisa teve o parecer nº 3.277.248, CAAEE nº 08315119.8.0000.5207, emitido no dia 23 de abril de 2019.

As entrevistas semiestruturadas foram elaboradas com questões abertas, aplicadas para 10 (dez) coordenadoras atuantes em 6 (seis) escolas municipais. Ela possibilita ao pesquisador obter mais informações, dados e opiniões relevantes para a conclusão do trabalho.

Segundo Leite (2008, p. 102 - 103), a entrevista semiestruturada “é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, proporcionando ao entrevistador obter verbalmente as informações necessárias”. Nela, cria-se uma relação de interação entre quem pergunta e quem responde. É um instrumento que tem sido empregado em pesquisas qualitativas como uma solução para o estudo de significados subjetivos e de tópicos complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados num formato padronizado. (BANISTER et. al. *apud* SZYWMANSKI, 2005).

Esse importante instrumento de coleta de dados em pesquisa permite o aprofundamento de pontos relevantes, oportunizando correções, esclarecimentos e adaptações que tornam mais eficaz para as informações desejadas. É um método baseado em questionamentos objetivos ou subjetivos e utilizado, principalmente, nas pesquisas em Educação, Psicologia e Sociologia.

Quanto aos tipos de entrevistas realizadas em pesquisas acadêmico-científicas, Boni e Quaresma (2005) apresentam como as mais utilizadas: a entrevista estruturada, a entrevistas com grupos focais, a entrevista aberta, história de vida, a entrevista projetiva e a entrevista semiestruturada. Dentre esses tipos, optou-se pela entrevista semiestruturada que é aquela que se assemelha a uma conversa informal onde o pesquisador segue um roteiro de questões elaboradas de forma a atender o objetivo da pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005).

As autoras evidenciam como vantagens desse tipo de instrumento a facilidade em obter as respostas, visto que, em questionários o índice de devolução tende a ser baixo, além de atingir a um número maior de pessoas pois podem ser entrevistados inclusive quem não sabem ler nem escrever.

Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada é aquela que apresenta um roteiro previamente elaborado e os questionamentos transcorrem de maneira informal facilitando a comunicação entre entrevistador e entrevistado. Ela permite conhecer as percepções dos sujeitos pesquisados e “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Além da entrevista, utilizou-se da análise de documentos oficiais oriundos: da Secretaria Municipal de Educação, de dados estatísticos levantados pelo site do INEP e documentos do acervo pessoal da Professora e ex-coordenadora da Política no Município, a senhora Maéve Melo dos Santos, com o intuito de relatar as experiências do município com a avaliação em larga escala.

A escolha pela análise de documento se deu por acreditar que esta possibilita ao pesquisador conhecer fatos que favoreceram a evolução de indivíduos, grupos, conceitos, comportamentos, etc. A análise documental é um método de coleta de dados que não sofre a influência do pesquisador, porém, este instrumento também pode não ser de fácil domínio, uma vez que, a interpretação pode denotar sentido diferente, de acordo com a fonte e o entendimento do leitor (CELLARD, 2014).

A pesquisa deu início com a coleta e organização de todo o material coletado, para em seguida, fazer um estudo analítico do conjunto de documentos, de forma que possa torná-los úteis ao objetivo da pesquisa. Cada documento foi registrado em um quadro sintetizado, com uma ficha de leitura anexa, contendo resumo, referências e trechos que pudessem ser utilizados posteriormente, norteado por técnicas de fichamento, com levantamento quantitativo e qualitativo de assuntos recorrentes, de forma que possa facilitar o controle e manuseio do material.

O critério de escolha das escolas selecionadas para a realização da pesquisa partiu dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e dos seus resultados educacionais do ano de 2017, visto que este foi o ano da última

divulgação dos índices nacionalmente. A definição do recorte temporal da pesquisa se até aos anos de 2003 a 2008, período compreendido entre a primeira e última aplicação da PARMEP.

Inicialmente, foi coletado no site do INEP e no Núcleo de Gestão por Resultado da Secretaria de Educação os dados educacionais referentes às 106 escolas da rede. A partir dos resultados, foram selecionadas as escolas que atingiram ou superaram a projeção do IDEB de 2017 e escolas com resultado abaixo do projetado.

Feita essa primeira análise, selecionou-se dentre essas, as escolas localizadas na zona urbana que tivessem participado da Prova Brasil desde o ano de 2009, separando-as pelo número de alunos matriculados no mesmo ano, de acordo com os Padrões estipulados pela Rede, sendo consideradas escolas de Padrão I as que possuem mais de 900 alunos matriculados, escola de Padrão II com matrícula entre 600 a 900 alunos e escola de Padrão III, com matrícula entre 120 a 599 alunos. Sendo assim, após a segunda análise, optou-se por 6 (seis) escolas, duas de cada padrão, sendo uma que apresentou o maior IDEB e outra com o menor índice dentro do padrão à qual pertence, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Escolas Selecionadas com seus respectivos IDEBs.

ESCOLAS PADRÃO I – ACIMA DE 900 ALUNOS						
ESCOLA		IDEB				
		2009	2011	2013	2015	2017
ESCOLA “A”	5º	4.4	4.8	5.3	5.9	6.5
	9º	4.0	4.1	4.4	5.1	5.4
ESCOLA “B”	5º	4.2	4.8	5.0	5.4	5.7
	9º	3.1	3.4	3.8	5.0	5.0
ESCOLAS PADRÃO II – DE 600 A 899 ALUNOS						
ESCOLA		2009	2011	2013	2015	2017
ESCOLA “C”	5º	3.8	4.5	6.0	5.8	6.5
	9º	4.4	4.1	5.4	5.3	5.4
ESCOLA “D”	5º	3.6	4.6	4.5	5.1	4.5
	9º	3.5	3.6	3.8	4.9	4.3

ESCOLAS PADRÃO III – DE 120 A 599 ALUNOS						
ESCOLA “E”		2009	2011	2013	2015	2017
	5º	4.0	4.2	5.6	6.4	6.3
ESCOLA “F”	5º	4.2	4.7	4.8	5.5	5.0

Fonte: Elaborado pela autora a partir da SEDUC (2019).

A tabela 1 mostra os índices de desenvolvimento das referidas escolas no período de 2009 a 2017. Nela, vale salientar que todas as escolas apresentam um crescimento gradativo e que com exceção da escola “D”, todas as outras já superaram a meta projetada pelo Ministério da Educação para 2017.

Quanto aos sujeitos investigados, foram entrevistados os coordenadores pedagógicos das escolas escolhidas, pois são eles que junto aos professores, articulam e realizam as ações e intervenções pedagógicas em prol da aprendizagem dos alunos. Foram distribuídos da seguinte forma: 2 (duas) coordenadores de escolas padrão III, 4 (quatro) coordenadores de escolas padrão II e 4 (quatro) coordenadores de escolas padrão I, com o intuito de investigar junto a esses profissionais, ações que na visão deles, possam ter interferido nos resultados das avaliações e da aprendizagem dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No final dos anos 80, a ausência de informações a respeito da qualidade do ensino oferecido nas unidades escolares demandou a criação de sistemas de avaliação. Conduzido pelo Ministério da Educação, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) impulsionou a implantação dos Sistemas Municipais de Avaliação de suas redes de ensino e, mais recentemente, do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE. Desde então, a avaliação educacional tem atuado como indutora de políticas, subsidiando medidas efetivas na luta por uma educação inclusiva, democrática e socialmente justa.

Nesse contexto, a criação do sistema de avaliação da educação básica passa a ser oficialmente associada aos processos de descentralização e de melhoria da qualidade do ensino e a ser justificada como parte da estratégia acionada pelas políticas públicas para “trazer informações úteis sobre o que está sendo gerado no setor educacional, como, onde, quando e quem é responsável pelo produto obtido” (PESTANA, 1998, p. 15). Dessa forma, as avaliações externas se apresentam como um termômetro para medir como anda a educação e quais os resultados em cada lugar do país, (BONAMINO 2002). As avaliações buscam obter informações sobre os índices e os resultados escolares que servirão de base para orientar as ações pedagógicas e o desenvolvimento de políticas que possam melhorar esses índices de desempenho da educação no país.

Teoricamente, a avaliação funciona como diagnóstico “enxuto”, que é aplicado nas escolas para identificar questões sobre o desempenho das instituições.

Partindo desse pressuposto e acreditando na importância da avaliação em larga escala, em 2003, é implementada a Política de Avaliação da Rede Municipal de Ensino de Petrolina (PARMEP) pela Secretaria de Educação (SEDUC), por entender que a avaliação, além de ser uma exigência legal, deve ser presença obrigatória nas atividades educacionais.

Esse tipo de experiência já era vivenciado nacionalmente com o SAEB e a nível estadual com o SAEPE, ambos constituídos de avaliações censitárias com objetivo de avaliar o desempenho da educação no Brasil e em Pernambuco respectivamente. Em Petrolina, diferentemente dessas duas avaliações citadas anteriormente, a PARMEP já teve início como uma avaliação censitária, ou seja, avaliou todas as crianças da rede até o 5º ano. A experiência surgiu após a realização de um diagnóstico na rede municipal de ensino com o intuito de verificar a qualidade da educação ofertada aos seus alunos visto que, o uso diagnóstico de um resultado de avaliação é constante na vida humana subsidiando as decisões, tendo como ponto

principal a busca dos resultados dentro de uma qualidade desejada (LUCKESI, 2018).

Após a realização desse diagnóstico, que ocorreu no final do ano de 2003, a SEDUC identifica a necessidade da criação de um setor de avaliação na rede, que pudesse fornecer subsídios para adoção de ações que contribuísse com a melhoria da qualidade da educação municipal. Atendendo a essa demanda, iniciou o processo legal de criação do Setor de Avaliação, inclusive com a preparação do Regimento, contendo no documento o papel que o setor iria assumir, para que a primeira avaliação pudesse ser realizada ainda no ano 2003. Para tanto, foi montada uma equipe de estudos, que analisou todos os dados, detectando a necessidade de promover uma intervenção pedagógica capaz de reduzir as taxas de abandono, analfabetismo, reprovação e distorção idade/ano.

Segundo o INEP (2003), as taxas de reprovação e abandono do Ensino Fundamental eram de 13,9% e 9,3% respectivamente, e a taxa de distorção idade-ano era de 42,8%. Foi constatado ainda através do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) e de dados da secretaria de educação que as crianças chegavam ao 5º ano do Ensino Fundamental sem dominarem as competências de leitura e produção de texto.

Com os dados coletados e com o desejo de reverter o quadro, a secretaria deu início a criação de um sistema de avaliação e da proposta curricular da rede, iniciada a princípio por meio de discussões com a equipe técnica. A partir daí, formou-se uma equipe multidisciplinar que além das suas atribuições na SEDUC, passaram a acumular as funções do novo projeto. Em seguida, já com a participação dos professores, foram estabelecidos os descritores de aprendizagem que seriam utilizados na avaliação.

Esses descritores eram baseados na proposta curricular da rede municipal de ensino. Cada questão da avaliação correspondia a um descritor específico

respeitando o perfil de saída dos alunos por série, ou seja, as competências e habilidades requeridas ao final de cada ano letivo.

Vale salientar que essa experiência foi realizada pelos próprios técnicos da SEDUC que elaboraram, aplicaram e corrigiram todas as avaliações, visto que o município não dispunha de verba para o desenvolvimento do projeto. Mesmo com a ausência de recursos para a realização da experiência, a PARMEP atingiu toda a dimensão territorial do município, avaliando 9.402 (nove mil, quatrocentos e dois) alunos matriculados em 85 (oitenta e cinco) escolas da rede nas habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático, conforme tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Média Geral das Escolas Avaliadas pela PARMEP em 2003.

Disciplinas	Média Geral
	Média
Língua Portuguesa	3,56
Matemática	4,34
Média Geral	3,95

Fonte: Acervo pessoal Maéve Melo (2007).

A média geral obtida foi de 3,95 (três vírgula noventa e cinco), revelando que habilidades mínimas em leitura, escrita e resolução de problemas, não eram dominadas pela maioria dos alunos da rede. Toda a sistemática de avaliação foi elaborada pelo Setor de Avaliação e Controle de Qualidade, Divisão de Ensino, Centro de Apoio ao Professor (CAP) e Divisão de Dados e Estatística. A aplicação das provas contou com a colaboração dos professores, especialistas e funcionários da Secretaria.

A tabulação dos dados aconteceu no período de 01 de dezembro de 2003 a 02 de fevereiro de 2004 e o resultado oficial foi divulgado neste mesmo dia. Cada escola recebeu o relatório síntese, contendo a média das séries e da escola obtida em cada descritor, que serviu como instrumento de avaliação e de planejamento das ações da escola para 2004, a partir da análise dos dados pelos diretores, especialistas e professores. A PARMEP possibilitou desenvolver uma metodologia de acompanhamento e avaliação do desempenho dos alunos; maior conhecimento da realidade em cada turma e em cada escola; constatar a vivência dos descritores básicos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

No ano de 2004, segundo ano de realização da PARMEP, foram avaliados 15.192 (quinze mil, cento e noventa e dois) alunos do Ensino Fundamental. No ano de 2005, esse número subiu para 18.125 (dezoito mil, cento e vinte e cinco) alunos, visto que foram avaliados também alunos da 5ª a 8ª séries - hoje 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental -, além dos alunos do Pré-escolar II, da Educação infantil e alunos da Educação de Jovens e Adultos, conforme mostra o gráfico a 01:

Gráfico 1- Alunos avaliados.



Fonte: Acervo pessoal de Maéve Melo dos Santos (2007).

De acordo com o gráfico 1 houve um aumento gradativo de alunos avaliados nos anos 2003 a 2005, chegando a atingir 100% no número de alunos avaliados, em

relação ao primeiro ano da aplicação. Esse aumento aconteceu em todas as modalidades de ensino, como mostra o quadro 1.

Quadro 1 - Comparativo do universo de alunos avaliados por modalidade de ensino.

Ano Avaliado	Educação Infantil – PRÉ II	Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Ensino Fundamental (6º ao 9º)	EJA	Total Avaliado
2003	–	9.948	–	–	9.948
2004	–	10.190	5.030	–	15.220
2005	1.806	10.388	4.932	1.007	18.125

Fonte: Acervo pessoal de Maéve Melo dos Santos (2007).

O quadro 1 mostra a quantidade de alunos avaliados por modalidade de ensino. Nele, pode-se perceber o aumento gradativo no número de alunos que participaram desse processo.

No ano de 2008, último ano de sua aplicação, foram avaliados cerca de 22.219 (vinte e dois mil, duzentos e dezenove) alunos, abrangendo todas as escolas municipais. Cada escola avaliada recebia o relatório analítico e sintético com seus resultados no início do ano letivo subsequente a aplicação das provas, contendo a média de cada ano avaliado da escola, obtida em cada descritor e de posse desse instrumento podia analisar o que os alunos estavam ou não aprendendo.

O objetivo era que esse relatório servisse como instrumento de avaliação e de planejamento das ações da escola a partir da análise dos dados pelos diretores, especialistas e professores. De posse dos resultados, a SEDUC, junto com as escolas, viabilizava ações e projetos que pudessem alavancar a qualidade da

educação da rede. Nas tabelas 3 e 4 é possível observar a evolução das médias nos anos de 2004 e 2005:

Tabela 3 - Média geral das escolas avaliadas pela PARMEP em 2004.

Disciplinas	Média Geral
	Média
Língua Portuguesa	5,11
Matemática	4,80
Média Geral	4,96

Fonte: Acervo pessoal Maéve Melo (2007).

Na tabela 3 consta os dados referentes ao segundo ano da aplicação da política na rede de ensino. Como se observa na tabela 4, a seguir, há um aumento na média geral em relação a 2003, que foi de 3,95.

Tabela 4 - Média geral das escolas avaliadas pela PARMEP em 2005.

Disciplinas	Média Geral
	Média
Língua Portuguesa	5,52
Matemática	5,0
Média Geral	5,26

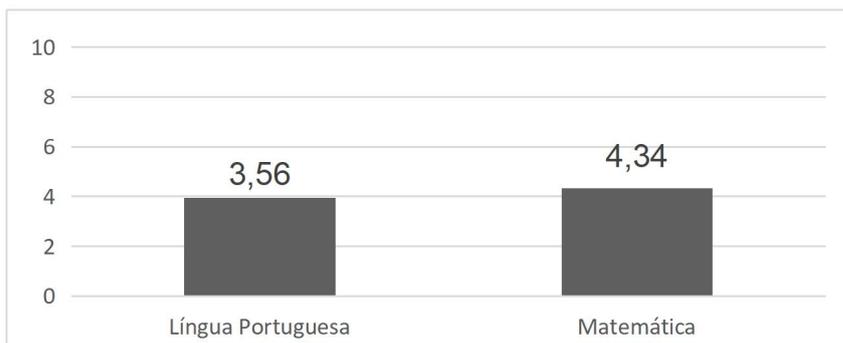
Fonte: Acervo pessoal Maéve Melo (2007, no prelo).

O comparativo das médias das escolas na avaliação demonstra a evolução na média dos alunos de 3,95 (três vírgula noventa e cinco) em 2003 para 5,26 (cinco vírgula vinte e seis) em 2005. Esse crescimento pode significar que as ações desenvolvidas podem estar surtindo o efeito esperado.

No primeiro ano de implantação, apenas oito escolas conseguiram tirar notas acima de 5,0 (cinco) e a menor nota tirada pelas escolas foi 1,8. No ano de 2007, 44 (quarenta e quatro) escolas superaram essa média e a nota mais baixa foi de 3,3 (três vírgula três), o que mostra que em cinco anos de avaliação houve um

crescimento considerável, revelando que as intervenções pedagógicas desenvolvidas por meio das análises dos resultados podem ter surtido o efeito desejado.

Gráfico 2 - Resultado PARMEP 2003.

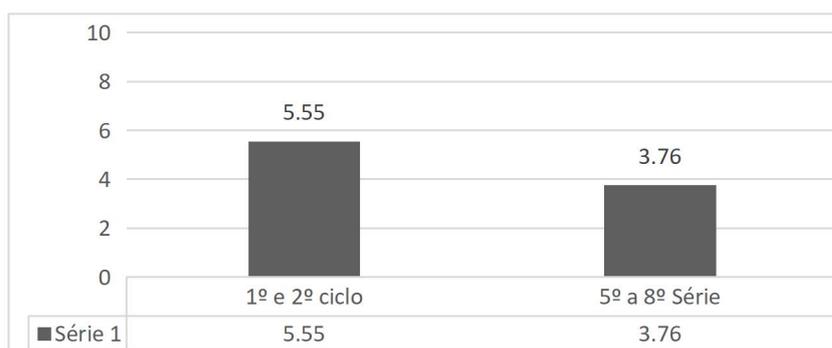


Fonte: Acervo pessoal de Maéve Melo dos Santos (2007, no prelo).

Observa-se no gráfico 2 que as notas nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática no primeiro ano de sua aplicação foram inferiores, o que demonstra que, se considerar apenas o resultado, o nível de desempenho dos alunos está abaixo do que se considera adequado, visto que a nota mínima esperada é 6,0. Diante desse resultado, o nível de desempenho dos alunos está abaixo do que se considera adequado, visto que a nota mínima esperada é 6,0.

No ano de 2004, todos os alunos do Ensino Fundamental da rede municipal foram avaliados e o resultado é apresentado no gráfico 3. Nesse gráfico, a média nas séries iniciais já apresenta sinais de avanço, chegando a se aproximar da média 6,0 que é a média desejada pelo município.

Gráfico 3 - Resultado PARMEP 2004.



Fonte: Acervo pessoal de Maéve Melo dos Santos (2007, no prelo).

Deduz-se, portanto, que a média das séries iniciais esteja melhor que as das séries finais tendo em vista a média geral englobando primeiro e segundo ciclos em comparação à média mostrada da 5ª à 8ª séries. Atualmente, o Ensino fundamental está estruturado do 1º ao 5º ano fase/etapa/séries iniciais) e 6º ao 9º ano (fase/etapa/séries finais).

Em relação à avaliação do desempenho dos alunos, houve um aumento nas médias no ano de 2005. No entanto, esse aumento não reflete a melhoria na qualidade da aprendizagem dos alunos, apenas demonstra que o município pode estar no caminho para atingir o seu objetivo.

No período de 2003 a 2008, a PARMEP norteou a definição da política educacional da rede municipal de ensino de Petrolina - PE, fortalecendo as propostas de formação continuada dos professores, bem como criação e implantação de projetos de investigação pedagógica desenvolvidos com o intuito de reverter os amargos índices educacionais da rede. Por meio da PARMEP, Petrolina entrou para o ranking de experiências bem sucedidas na área da educação, quando em 2007, o projeto Ser + Educação, um dos projetos de intervenção implantado em 2004, após o resultado da avaliação, ser classificado entre os 38 (trinta e oito) projetos brasileiros de inovação, que incluíram nos grupos temáticos a gestão pedagógica, a gestão de pessoas, planejamento e gestão e avaliação.

A partir do resultado, a Secretaria estabeleceu metas a curto e médio prazos para a melhoria da aprendizagem dos alunos. No entanto, somente com o envolvimento de todos os segmentos de sociedade é possível alcançar os resultados desejados, que incluem a melhoria da qualidade da aprendizagem e de condições objetivas de trabalho para os professores em cada unidade escolar.

Diante do exposto, é possível perceber que a avaliação educacional no sistema de ensino de Petrolina é uma ferramenta para a melhoria da qualidade do seu ensino, fornecendo subsídios para a elaboração das políticas educacionais condizentes com as demandas da rede. As implicações práticas do conhecimento dos níveis de desempenho dos alunos se traduziram na sala de aula em ponto de reflexão dos professores sobre as práticas pedagógicas.

A avaliação externa, fez com que os envolvidos no processo educacional da referida rede de ensino acreditassem que era possível mudar a realidade educacional do município, elevando a autoestima dos professores e da comunidade escolar ao ver que os índices de desempenho começaram a se elevar. Há escolas que tiveram um crescimento percentual de mais de 100%, considerando a média comparativa de 2003 e de 2005.

Além disso, o foco nos descritores básicos está fortalecendo o planejamento escolar e a elaboração de atividades diversificadas, uma vez que se tem relatório por escola/série/turma, contendo a média de desempenho dos alunos por descritores. Isto auxilia os professores no momento de planejar as aulas, pois podem atuar diretamente nos descritores de menor rendimento e avançar naqueles de bom desempenho.

Os resultados coletados e analisados nas fontes estudadas mostraram melhorias no desempenho dos alunos e das escolas. Houve progressiva diminuição da taxa de distorção idade/série, e aumento também no IDEB (3,3 em 2005, para 3,6 em 2007, nos anos iniciais e 2,9 em 2005, para 3,4 em 2007, nos anos finais), superior aos resultados para o Estado de Pernambuco. Esses dados revelam que a implantação dessa experiência se deu, após a Secretaria perceber os baixos índices educacionais do município e pela inexistência de um instrumento que fosse capaz de detectar o nível de desempenho dos alunos e ao mesmo tempo pudesse orientar a Política de Formação Continuada da Rede municipal de Ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, constatou-se que a avaliação externa implementada pelo Governo Federal tem sido utilizada como instrumento de controle e regulação, não sendo responsável por si só para trazer qualidade aos processos e práticas educacionais, mas pode-se alcançar alguma evolução pelo grau de importância e reflexão que é destinado aos resultados. Observa-se também que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) influencia na organização dos trabalhos frente às escolas pesquisadas no tocante à qualidade educacional.

Como destaca Libâneo (2013), o critério básico na formulação das políticas educacionais é a qualidade interna das aprendizagens escolares, promovida por boas práticas educacionais. Este é o valor principal a ser considerado na elaboração, execução e contínua avaliação da proposta pedagógica da escola elevando a atuação da equipe gestora na liderança do grupo-escola. E a equipe gestora da escola tem papel relevante na liderança democrática desse processo, valendo-se de indicadores oficiais e de dados qualitativos colhidos no contexto imediato.

A análise da experiência de avaliação externa descrita neste texto leva a refletir sobre a urgência da produção de conhecimento que possa orientar as práticas e políticas dirigidas à Avaliação Educacional e favoreçam o diagnóstico e a intervenção efetiva na realidade, mudando posturas e paradigmas. O grande desafio atual é refletir, debater e compreender sobre as avaliações educacionais e, em especial, as avaliações externas gestadas no bojo dos princípios neoliberais, sendo vivenciadas em terreno preconizado pela Constituição Federal/1988 como espaço de gestão democrática.

Com isso, não se estar aqui contra a avaliação, mas não se pode acomodar frente aos ideais que consubstanciem as políticas de avaliação em larga escala. Após discussão e reflexão sobre a temática escolhida sugere-se à sociedade educacional analisar a possibilidade de criar um serviço de informação onde temas

como este possa ser discutido e nesse processo, os profissionais da educação destaquem-se como principais agentes de mudança.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BONAMINO, A. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./abr. 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, v. 20, p. 295-314, 2014.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2000. 352 p.

GONÇALVES, L. de F. **Programa de avaliação do sistema educacional do Estado do Paraná – AVA – 1995/2002: uma avaliação a Serviço da formação humana, ou de favorecimento ao Mercado econômico?** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

LEITE, F. T. **Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação em Educação: questões epistemológicas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2018.

PESTANA, M. I. Sistema de Avaliação brasileiro: avaliação. **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n.191, p. 65-73, jan./abr. 1998.

PESTANA, M. I. Trajetória do Saeb: criação, amadurecimento e desafios. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 71-84, maio/ago. 2016

RABELO, E. H. **Avaliação novos tempos novas práticas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

Relatório SAEB (ANEB e ANRESC) 2005-2015: panorama da década. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

SCHWARTZMAN, S. As avaliações de nova geração. *In*: SOUZA, A. de M. **Dimensão da Avaliação Educacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SIQUEIRA, V. A. de S. **Avaliações internas e externas: concepções, tensões e articulações no trabalho avaliativo**. São Paulo, 2017. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido: 06/11/2019

1ª Revisão: 26/12/2019

Aceite final: 30/12/2019